



Ecoregiões dos projetos

- 1 Cerrado
- 2 Florestas Úmidas do Matão-Tapióia
- 3 Várzea do Monte Alegre
- 4 Pantanal
- 5 Várzea do Povoado
- 6 Serra do Mar

Ecoregião é um conjunto de comunidades naturais, geograficamente delimitadas, que compartilham a maioria de suas espécies, dinâmicas e processos ecológicos, e condições ambientais similares.



Acima: Módulos restaurante e administração da Pousada Aldeia dos Lagos, Silves, Amazonas, Brasil.

Abaixo: Flutuante de fiscalização dos lagos de reprodução de peixes, também utilizado para pernoite na selva



Ecoturismo comunitário em Silves: Uma experiência participativa com comunidades ribeirinhas Silves - Amazonas - Brasil

ASSOCIAÇÃO DE SILVES PELA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E CULTURAL (ASPAC)

Silves é um município do Estado do Amazonas localizado a 300 quilômetros de Manaus, às margens do Rio Amazonas. Sua sede administrativa fica em uma ilha fluvial numa região formada por diversos lagos. Há 20 anos a comunidade de Silves vem buscando meios para a defesa de seus recursos pesqueiros e da manutenção da pesca artesanal, ameaçados pela pesca predatória e comercial. A pressão da comunidade, cuja sustentância depende destes recursos, resultou na criação de uma Reserva Municipal de Proteção Ambiental, possibilitando o zoneamento e o controle da pesca nos lagos. Apesar de ser uma área oficialmente protegida, mesmo que não prevista no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Reserva não conta com recursos governamentais para a sua proteção e manejo.

Visando recuperar, controlar e conservar o estoque pesqueiro por meio de um sistema efetivo de manejo dos lagos e da própria várzea, a comunidade local criou a organização não-governamental **Associação de Silves pela Preservação Ambiental e Cultural** (ASPAC), que se juntou ao movimento das comunidades ribeirinhas para voluntariamente fiscalizar e manejar os lagos da Reserva. Em busca de sustentabilidade para suas ações de conservação, assim como para a valorização da cultura ribeirinha, a ASPAC iniciou investimentos num projeto comunitário de ecoturismo. O projeto baseia-se na construção de uma pousada ecológica (Hotel Aldeia dos Lagos), gerenciada pela própria ASPAC em parceria as comunidades ribeirinhas envolvidas na conservação dos lagos da reserva.

Durante a primeira fase (1994 – 1996), foi implantada a infra-estrutura básica de hotelaria, e a comunidade recebeu os primeiros treinamentos para a sua operação. Na segunda fase (1997 – 1999), foram desenvolvidos roteiros turísticos de caráter educativo e ambiental, aproveitando a excepcional riqueza da paisagem e da cultura da região, possibilitando o convívio dos ecoturistas com as belezas da floresta amazônica e os costumes das

populações tradicionais locais.

Numa terceira fase (2001-2003) com a comunidade assumindo integralmente a gestão do negócio, estão sendo feitos investimentos em novas ações de ecoturismo, tais como reforma física do Hotel, na melhoria do produto ecoturístico (capacitação e marketing), para permitir a sustentabilidade da Pousada e no incremento de comunidades envolvidas no processo de conservação da várzea e de prestação de serviços para o ecoturismo. Estas atividades estão centradas na execução de visitas de assistência técnica e de promoção de educação ambiental em ecoturismo e conservação da várzea, chamadas Caravanas Mergulhão, que percorrem as comunidades para identificar, diagnosticar e formatar atrativos ecoturísticos, diagnosticar e buscar soluções para a questão como lixo, agricultura, pesca, pecuária e qualidade da água. As Caravanas Mergulhão são compostas pelos próprios ribeirinhos, num processo dinâmico de qualificação, envolvimento e organização comunitária. Destaca-se ainda que este produto será um dos pilotos do Programa de Certificação do Turismo Sustentável.

O Hotel Aldeia dos Lagos, inaugurado em julho de 1996 após um longo e difícil processo de construção, possui um módulo central, com administração, loja, lavanderia, cozinha e restaurante; dois módulos para hóspedes, com seis suítes cada, e, num anexo, a sede da ASPAC.

Para administrar o hotel e operar o ecoturismo, a ASPAC auxiliou a comunidade a estruturar a COOPTUR, a primeira Cooperativa de Turismo da Amazônia. Cerca de 20% do lucro líquido da operação do ecoturismo pela ASPAC e seus parceiros são investidos no manejo e fiscalização da reserva sendo o restante investido na criação de um fundo de reserva para operação da pousada e para dar continuidade às atividades de envolvimento das comunidades ribeirinhas no ecoturismo. Atualmente, cinco comunidades ribeirinhas participam diretamente do produto elaborado para o hotel, seja pela recepção e condução de visitantes, ou ofertando insumos (agricultura e pesca) e serviços (camareiras, cozinheiras etc) para o hotel. E com as Caravanas Mergulhão espera-se o envolvimento de pelo menos mais 5 comunidades.

Para implementação do projeto, a ASPAC recebeu apoio do WWF-Brasil, dos Governos da Áustria, Suécia e Inglaterra e dos projetos Pró-Várzea/Ibama e PD/A, ambos do Ministério do Meio Ambiente.

Internet: www.aldeiadoslago.com.br

Foto: Sérgio Salazar Salvati



Acima: Pousada Pedras Negras: rusticidade e integração arquitetônica valorizando a cultura regional.

Abaixo: Mutirão comunitário para construção da “Casa Teste” (hospedagem piloto) na Resex Pedras Negras.



Foto: Ecoporé

Ecoturismo em Reservas Extrativistas (RESEX) – a Experiência de Pedras Negras e Curralinho Rondônia

ORGANIZAÇÃO DOS SERINGUEIROS DE RONDÔNIA (OSR),
ASSOCIAÇÃO DOS SERINGUEIROS DO VALE DO GUAPORÉ (AGUAPÉ)
AÇÃO ECOLÓGICA GUAPORÉ (ECOPORE)

Região de grande beleza natural e rica em biodiversidade, o Vale do Guaporé, em Rondônia, situado na fronteira com a Bolívia, é uma ecorregião prioritária para a conservação ambiental, apresentando características de três biomas: Amazônia, Pantanal e Cerrado. No Vale do Guaporé estão situadas as Reservas Estaduais Extrativistas de Curralinho (município de Costa Marques) e Pedras Negras (município de São Francisco de Guaporé), habitadas por comunidades de seringueiros que hoje vivem da extração da borracha, coleta de castanha, pesca e agricultura de subsistência.

Estas comunidades, em conjunto com a Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), a Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé (AGUAPÉ) e Ação Ecológica Guaporé (ECOPORE) vêm, desde 1997, buscando desenvolver o ecoturismo como alternativa de renda para os seringueiros e de sustentabilidade ambiental das reservas.

Em ambas as reservas habitam macacos, tucanos, onças, cervos, botos, jacarés, tartarugas e outros animais da floresta ou aquáticos e encontram-se plantas típicas da floresta amazônica, como a Vitória Régia.

A manutenção das comunidades seringueiras em suas áreas tradicionais é fundamental para garantir a proteção da floresta e dos sistemas de água doce.

O projeto de ecoturismo desenvolvido, primeiro empreendimento comunitário de ecoturismo em reservas extrativistas na Amazônia, tem como beneficiários diretos e indiretos as 27 famílias de extrativistas que moram nas Resex's de Curralinho e Pedras Negras. Estas famílias tiveram asseguradas a

participação no planejamento e implementação do projeto por meio de oficinas de capacitação e processos participativos de tomadas de decisões. O desenvolvimento e gerenciamento de todas as atividades de manutenção do projeto e de recepção de visitantes são conduzidas pelos comunitários.

A proposta elaborada considerou os potenciais atrativos de cada área e a capacidade da comunidade em receber os visitantes. Desta forma, apesar de pertencerem ao mesmo município, Costa Marques/RO, as áreas são distantes uma da outra, o que culminou no desenho de propostas distintas para cada Reserva. Para a área de Pedras Negras foi implantado uma lodge (pousada) de selva e para Curralinho foi implantado um Centro de Visitantes, trilhas interpretativas e um Acampamento Ecológico de Praia.

A Pousada Pedras Negras ocupa um prédio rústico de madeira e palha, típico da região, e pode acomodar até 15 pessoas. Além dos apartamentos, há uma casa de seringueiro, um refeitório, um mirante e observatório de aves.

Na Reserva de Curralinho, o Centro de Visitantes e Educação Ambiental João Marques oferece artesanato local numa autêntica casa de seringueiro. A Trilha da Borracha permite conhecer o processo de extração e defumação do látex, e o programa também inclui a visita a uma comunidade ribeirinha, com direito a pernoite em rede, no barco, e a Trilha Aquática num dos lagos da reserva.

Espera-se que, com o planejamento cuidadoso, o ecoturismo venha a ser uma alternativa econômica para os seringueiros e que incremente a qualidade de vida e o bem-estar de seus familiares sem que o grupo perca sua identificação cultural, diminuindo a migração de seus membros para centros urbanos e conseqüentemente proporcione maior proteção ao patrimônio biológico da área.

Este projeto conta com o apoio de diversas entidades, entre elas o WWF-Brasil, Ministério do Meio Ambiente (Proecotur e PD/A), Governo Estadual de Rondônia (Planaflo, Sedam e Setur) e Universidade de Rondônia (Unir).

Internet: www.pedrasnegras.com



Acima: Equipe de manejo de trilhas em trabalho de campo no Parque Nacional Chapada dos Veadeiros.

Abaixo: Exercício de busca e salvamento em cachoeira do PARNA, durante capacitação de condutores locais.



Uma iniciativa integrada de conservação e desenvolvimento no Cerrado/Alto Paraíso – Goiás

WWF-BRASIL E ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DE VISITANTES DA CHAPADA DOS VEADEIROS (ACV-CV)

Localizado na região central do Brasil, o Cerrado ocupa 22% do país. Sua flora é considerada a mais rica do gênero, com uma estimativa de 10 mil espécies de vegetais superiores. Três bacias hidrográficas brasileiras (Tocantins, São Francisco e Paraná/Prata) têm suas nascentes no Cerrado. As águas que nascem na Chapada dos Veadeiros fazem parte das águas formadoras da bacia do Tocantins. Essa ecorregião está sendo devastada pela agricultura e pecuária de larga escala e apenas 0,85%, equivalente a 2,4 milhões de ha., de sua área total está protegida na forma de parques ou reservas. Com a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, de 64,921 ha para 235,000 há, e a criação da Estação Ecológica do Jalapão, com 716,306 ha, a área do Cerrado protegida em unidades de conservação (UC's) federais aumenta para 1,3% do bioma, cerca de 2,559,022 ha.

Uma das poucas unidades de conservação existentes no Cerrado é o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em Goiás, a 240 quilômetros de Brasília, sob a responsabilidade do IBAMA. Criado em 1961 com 600 mil ha, o parque passou por sucessivas reduções e sofreu seguidos processos de degradação. A região foi área de garimpo de cristais de quartzo e está situada em zona de fronteira agrícola, sob grande pressão humana. Há um crescente e desordenado fluxo turístico, que explora a bela paisagem e as inúmeras cachoeiras existentes. A ocupação do solo ameaça a integridade do entorno do Parque e a sua consolidação enfrenta problemas fundiários.

O **Projeto Veadeiros**, que teve início em 1996, objetiva desenvolver um modelo de manejo de áreas protegidas e entorno baseado na ampla participação da comunidade e do Governo. O projeto apóia a consolidação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) e implantação da Reserva da Biosfera do Cerrado, além de promover o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de geração de renda para as comunidades do entorno do Parque baseadas no ecoturismo, no extrativismo de flores, frutos e ervas, e na promoção da agroecologia.

O projeto é desenvolvido com a participação de um grande número de parceiros da sociedade civil ou do governo, sob a coordenação geral do WWF-Brasil. Localmente, as organizações comunitárias comprometidas com o projeto desde sua elaboração são a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACV-CV), a Associação de Moradores de São Jorge (ASJOR), a Associação dos Pequenos Extrativistas de Flores do Cerrado da Chapada dos Veadeiros (ASFLO). Os recursos principais são oriundos do WWF (do Brasil e de outros países), Canadian International Development Agency (CIDA), Department for International Development (DFID) do Reino Unido e Motorola Inc.

O potencial turístico da região é enorme. Foram realizados dois inventários turísticos (1994 e 1997) e identificados 68 locais de interesse para visitação, como cachoeiras, sítios arqueológicos e locais místicos no município de Alto Paraíso, e em outros 26 municípios do entorno. Muitos guias da ACV-CV são ex-garimpeiros de cristal que abandonaram a atividade e hoje dedicam-se exclusivamente ao turismo. O projeto apoiou o fortalecimento institucional da ACV-CV, através da construção de sede, compra de equipamentos e na capacitação de condutores de visitantes, manejo de trilhas, realização de inventário turístico, gerenciamento, etc. Atualmente, com a ampliação do foco de atuação na região, outras associações de condutores vêm participando do projeto, em outros municípios de entorno do Parque, promovendo a conscientização sobre o uso dos recursos naturais e utilizando o ecoturismo como alternativa de desenvolvimento econômico e social. O apoio para a implantação de atividades de ecoturismo na Reserva dos Kalungas, comunidade remanescente de quilombolas, poderá vir a contribuir para a sustentabilidade de uma área de 200 mil ha de Cerrado no entorno do Parque.

Dentre os diversos resultados do programa de ecoturismo e associados a ele ressalta-se a significativa melhoria na condição sócioeconômica da comunidade local, especialmente dos antigos garimpeiros do Parque e seus familiares. Foi também criada a Estrada Parque Panorâmica da Chapada dos Veadeiros, que dá acesso à única entrada do Parque. Além disso, como consequência de um acordo de cooperação com a FUNATURA, foram implementadas várias RPPN's na região.

Foto: Sérgio Salazar Salvati



Acima: Equipamentos ecoturísticos tais como essas passarelas, adequados a ambientes úmidos como o Pantanal, favorecem a integração com a natureza (Estrada Transpantaneira, MT).

Abaixo: Roteiro de cavalgada pelas vazantes do Pantanal conduzido por condutores locais em fazendas da região.



Foto: WWF-Brasil

Projeto Estrada-Parque Pantanal Corumbá, Mato Grosso do Sul

WWF-BRASIL, SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, CULTURA E TURISMO DE MATO GROSSO DO SUL & SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO DE CORUMBÁ.

Decretada pelo Governo do Estado do Mato Grosso do Sul, em, 17 de Março de 1993, como Área Especial de Interesse Turístico (AEIT), a Estrada-parque Pantanal compreende trechos das rodovias MS 184 e MS-228, no Município de Corumbá. Tem entre seus objetivos a promoção do desenvolvimento turístico e a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural.

Localizada no Pantanal da Nhecolândia, é ideal para observação de aves, mamíferos e jacarés. Os seus quase 120 quilômetros e 87 pontes de madeira permitem ao visitante desfrutar de paisagens serranas, campos, corixos, da exuberância do Rio Paraguai, além das áreas de inundação e outras belas paisagens pantaneiras. Ao longo de seu percurso distribuem-se pousadas, pesqueiros e restaurantes, entre outros serviços voltados para a pesca esportiva e de turismo na natureza. O período de seca, de maio a outubro, é o preferido pelos turistas – pescadores esportistas, observadores de aves etc. É a época de grandes concentrações de peixes, jacarés e mamíferos.

Ano a ano, a Estrada-parque Pantanal consolida-se como atrativo turístico nacional e internacional. Porém ainda é pouco reconhecida como Unidade de Conservação e as práticas de ecoturismo nela adotadas ainda são incipientes.

A Secretaria do Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo do Mato Grosso do Sul (SEMACT), a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMATUR) e o WWF-Brasil estão somando seus esforços para a implantação da Estrada-parque Pantanal. São objetivos desta parceria:

1. Estabelecer um sistema de gestão participativa desta unidade de conservação;
2. Construir um modelo de ecoturismo na Estrada-parque com base em indicadores de sustentabilidade turística que visem a conservação da área;
3. Fomentar a adoção do ecoturismo nos empreendimentos turísticos ao longo da Estrada-parque Pantanal.

Este esforço conjunto já apresenta alguns resultados positivos. Entre eles:

1. A realização do primeiro seminário sobre a Estrada-parque Pantanal, em março de 1999, com a presença de mais de 40 participantes de diferentes setores da sociedade. O principal produto deste evento foi um Plano de Ação, integrado e participativo, indicando as ações prioritárias a serem executadas pelos diferentes atores sociais envolvidos com a gestão da área.
2. A Caracterização da Estrada-parque Pantanal, realizada pelo Instituto de Ensino Superior do Pantanal (IESPAN), contendo o levantamento cartográfico, a descrição das propriedades locais e a análise de 83 questionários aplicados a turistas, população local e empreendedores turísticos.
3. O Decreto Estadual 9.938, de 5 de Junho de 2000, que institui o Comitê Gestor da Área de Interesse Turístico, denominada Estrada-parque Pantanal, composto por 13 membros, representantes dos diferentes setores governamentais e da sociedade civil, que vem se encontrando regularmente para o planejamento e implementação desta unidade.
4. O desenvolvimento de materiais de apoio turístico, como o Guia Turístico da Estrada-parque Pantanal, material útil para o melhor uso sustentável desta unidade de conservação.
5. A parceria com empreendedores turísticos para adoção de padrões de qualidade em ecoturismo.

A Estrada Transpantaneira, localizada em Mato Grosso, vem sendo objeto de estudo, por parte do WWF-Brasil, da ONG ambientalista pantaneira Ecotrópica e da FEMA, órgão ambiental estadual, para a consolidação do mesmo sistema de planejamento e de conservação adotado na Estrada-parque Pantanal. Espera-se assim, que a Estrada-parque torne-se um modelo de ecoturismo para o Pantanal no Brasil, cuja experiência possa ser reproduzida em outras Unidades de Conservação dentro deste bioma.

INFORMAÇÕES:

SEMACT - Campo Grande - (67) 318 5600

SEMATUR - Corumbá - (67) 231 7336

WWF-Brasil - Corumbá - (67) 231-7755



Acima: Parte da trilha que leva ao Mirante Natural, na tribo guarani da Ilha de Superagüi, PR, é feita pelo manguezal.

Abaixo: Treinamento de monitores ambientais para a realização de trabalhos de campo em ecoturismo, na região lagunar de Ilha do Cardoso – Cananéia – Paranaguá, SP/PR.



Ecoturismo de base comunitária no Entorno do Parque Nacional do Superagüi Guaraqueçaba – Paraná

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL (SPVS)

O Parque Nacional do Superagüi localiza-se no município de Guaraqueçaba, litoral norte do Estado do Paraná. É formado pelas ilhas das Peças, Superagüi, Pinheiro e Pinheirinho, com formações costeiras arenosas, Floresta Atlântica, restingas e manguezais. Compreende cerca de 11% da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba. Foi criado em 1989, sendo ampliado em 1997, abrangendo partes da APA e ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) da Ilha do Pinheiro e Pinheirinho, e estendendo sua proteção ao continente, totalizando 34.254 ha.

Suas florestas de Restinga abrigam grande variedade de orquídeas, uma espécie de primata recém identificada, o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*), e espécies ameaçadas de extinção, como o papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*). Suas praias, entre as últimas preservadas com características originais, recebem espécies migratórias todos os anos. Em 1953 foi aberto o Canal do Varadouro, transformando em ilha artificial o braço do continente – Superagüi – e permitindo a ligação marinha segura entre Iguape e Paranaguá.

Nos últimos anos, o Parque Nacional do Superagüi vem sofrendo crescente pressão do turismo descontrolado, com o conseqüente incremento de impactos ambientais como perda de cobertura vegetal nativa, comercialização de animais silvestres, exploração de recursos florestais e construções irregulares.

O Ecoturismo de Base Comunitária no Entorno do Parque Nacional do Superagüi é um projeto elaborado pela Sociedade de

Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS) para desenvolver e implantar um programa modelo de ecoturismo de base comunitária, fornecendo para as comunidades do entorno do Parque uma alternativa econômica compatível com uma unidade de conservação dessa categoria.

Esse projeto, que ainda busca parcerias para o financiamento de suas atividades, possui estimativa de execução em 24 meses e contempla 10 etapas a serem executadas, que visam a visita responsável e a própria sustentabilidade do Parque e das comunidades:

- Busca de parcerias.
- Diagnóstico ambiental, socioeconômico e jurídico.
- Incentivo à organização social e fortalecimento do associativismo.
- Inventário e análise dos recursos.
- Elaboração de planejamento para o ecoturismo
- Implantação de infra-estruturas básicas.
- Análise dos impactos e restrições.
- Capacitação das comunidades.
- Estudos de viabilidade econômica.
- Estratégias de Marketing.

Algumas dessas etapas previstas já foram viabilizadas por meio de outros projetos desenvolvidos pela SPVS na região e com o apoio financeiro do WWF-Brasil, como a formação de parcerias, realização dos diagnósticos, incentivo à organização social e associativismo, bem com o inventário da oferta turística.

Atualmente, a realização de diversos encontros de moradores das diferentes localidades no entorno do Parque, com a participação e envolvimento dos gestores da área protegida e de empreendedores locais do turismo, vem permitindo um maior comprometimento para o planejamento e gestão do ecoturismo. Dessa forma, têm sido identificadas as ações prioritárias a serem desenvolvidas, além de definir a melhor maneira de inserir as comunidades no processo.



Acima e abaixo: Famílias de micos são a grande atração para os ecoturistas que visitam as RPPNs de Mata Atlântica no entorno da REBIO de Poço das Antas, Silva Jardim, RJ.



Conservação do Mico-Leão-Dourado: O ecoturismo na conservação de espécies e habitats ameaçados Silva Jardim – Rio de Janeiro

ASSOCIAÇÃO MICO-LEÃO-DOURADO (AMLDD)

O **Programa de Conservação para o Mico-Leão-Dourado** (PCMLD) teve início no Brasil em 1983, por meio de uma parceria entre o IBAMA, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente / Centro de Primatologia do Rio de Janeiro (FEEMA) e o Zoológico Nacional de Washington. Sua finalidade é aumentar a probabilidade de sobrevivência da espécie em seu ambiente natural, assegurando que no ano de 2.025 pelo menos 2.000 micos-leões estarão vivendo soltos em 23.000 hectares de florestas protegidas. A conservação desta espécie foi o primeiro projeto do WWF no Brasil, em 1971, e até hoje apoiado em suas atividades.

O mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) é uma espécie criticamente ameaçada de extinção, endêmica da Mata Atlântica de Baixada Costeira do Estado do Rio de Janeiro. Sua distribuição atual está restrita aos remanescentes florestais de seis municípios: Silva Jardim, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Rio Bonito, Cabo Frio e Búzios. A maior ameaça à espécie é a perda de habitat, devido ao desmatamento e incêndios florestais.

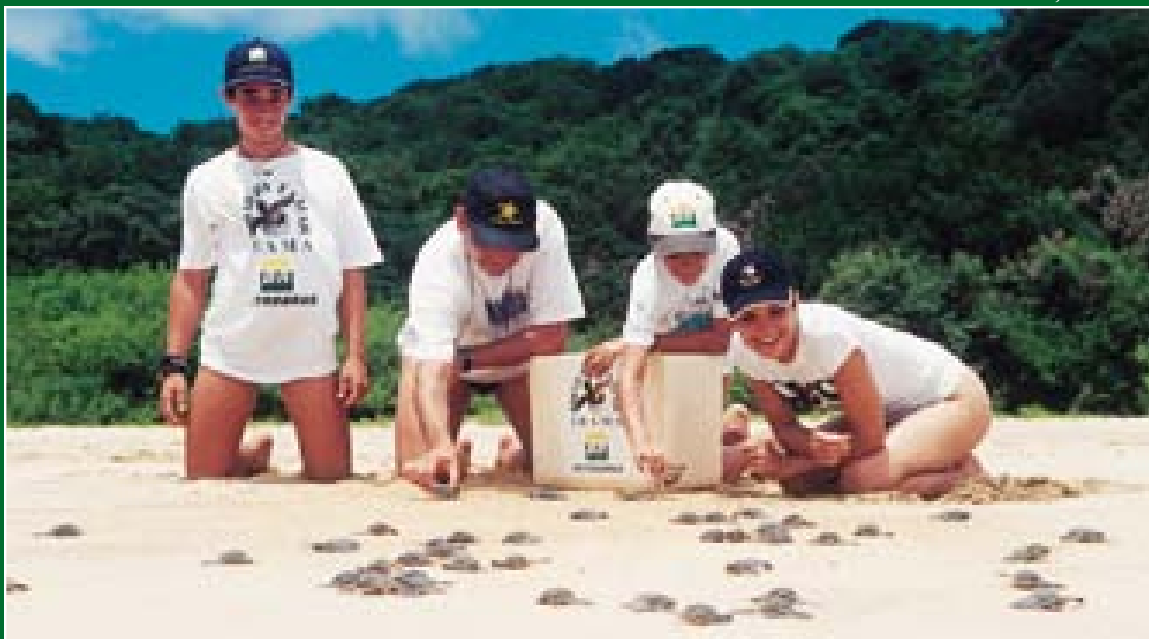
As poucas áreas públicas oficialmente protegidas que abrigam a espécie – Reserva Biológica Poço das Antas e Reserva Biológica União, ambas administradas pelo IBAMA –

não são suficientes para assegurar a sua sobrevivência. Por isso, a Associação Mico-Leão-Dourado, criada em 1992 para coordenar todos os trabalhos do PCMLD, além de dar continuidade às pesquisas sobre a espécie, tem ampliado sua atuação, buscando maior envolvimento comunitário. Isso tem sido feito com a reintrodução de micos nascidos em cativeiro, realizada somente em fazendas particulares, apoio à criação e implementação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, recuperação de áreas degradadas por meio do plantio de corredores de florestas, e assistência técnica para a implementação do ecoturismo na região.

Ao longo de quase duas décadas de atuação, o PCMLD tem obtido resultados animadores e muito significativos. Graças a esse programa, houve um incremento na população silvestre de micos, passando de 200 no início do projeto, para mais de 1000 animais em 2002. Houve ainda aumento na área total protegida (11.000 ha no final de 1998) com a criação da Reserva Biológica União e de seis Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) na região, treinamento de 120 estagiários, publicação de 165 trabalhos científicos, apoio à produção de mais de uma dezena de documentários nacionais e internacionais sobre a espécie e seu habitat, treinamento de professores e líderes comunitários em educação ambiental, etc.

Atualmente, o PCMLD é considerado um modelo para a proteção de espécies e habitats ameaçados, e o mico-leão-dourado transformou-se num símbolo internacional da conservação da Mata Atlântica.

Foto: Cláudio Bellini/Projeto TAMAR



Acima: Assim como os turistas, as crianças em Fernando de Noronha conhecem e se envolvem em projetos de conservação.

Ao lado: Trilhas bem demarcadas garantem a manutenção dos ambientes na Trilha dos Golfinhos, PARNAMAR Fernando de Noronha, PE.



Foto: Sérgio Salazar Salvati

Ecoturismo e Conservação em Parques Nacionais Marinhos Fernando de Noronha - Pernanbuco

IBAMA & FUNDAÇÃO PRÓ-TAMAR

O Arquipélago de Fernando de Noronha é composto por uma ilha principal e 20 ilhotas, perfazendo um total de 26 Km². Possui origem vulcânica e está situado a 215 milhas da costa do nordeste brasileiro. Cerca de 70% do arquipélago estão sob proteção do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha/IBAMA. O restante está sob proteção da Área de Proteção Federal - APA. A beleza das praias, a alta diversidade da fauna e flora marinha e terrestre e as excelentes condições para a prática do mergulho fazem de Fernando de Noronha um dos pontos turísticos mais cobiçados do Brasil e de todo o mundo.

Indivíduos da tartaruga verde (*Chelonia mydas*) e da tartaruga de pente (*Eretmochelys imbricata*), a segunda espécie mais ameaçada de extinção no mundo, encontram em Fernando de Noronha condições ideais para desova, abrigo, crescimento e desenvolvimento. Em 1984, após um levantamento que registrou uma população muito reduzida de tartarugas marinhas, o **Projeto TAMAR** iniciou suas atividades em Fernando de Noronha.

Com o aumento do fluxo turístico no arquipélago e necessitando de alternativas de sustentabilidade para a manutenção e expansão das atividades de proteção, pesquisa e educação ambiental, o TAMAR passou a investir no ecoturismo por meio da venda de suvenires e material de divulgação, estabelecendo programas de adoção de tartarugas pelos visitantes e promovendo atividades participativas.

O ponto de partida foi a criação de atrativos e serviços que proporcionassem aos visitantes um local aconchegante. Em 1995, em parceria com o WWF, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza e a Petrobrás, foi construído o Centro de Visitantes/Museu Aberto da Tartaruga Marinha de Fernando de Noronha. Em 2002, a área de entorno foi revitalizada e ganhou uma praça arborizada com réplicas de tartarugas em tamanho natural, sendo integrada ao Centro

de Visitantes do Ibama. Este espaço tornou-se o eixo do ecoturismo e da educação ambiental na Ilha, proporcionando aos turistas diversas atividades, entre elas as palestras diárias sobre projetos ambientais e temas marinhos, vídeos, painéis, fotos, pequeno acervo de material biológico e o quiosque multimídia do TAMAR, além da Lojinha. Ao lado do Centro de Visitantes, o Projeto instalou um stand de promoção dos serviços de ecoturismo, tais como passeios por trilhas, de barco, mergulhos e fotos submarinas. No local encontra-se também um café e vários serviços públicos, como telefone e caixa de coleta de correios.

Dentro do programa de turismo participativo, destacam-se a campanha “*Adote uma tartaruga marinha*” e a formação do Grupo de Guias-Mirins do TAMAR, outra parceria com o WWF-Brasil, composto por crianças de 9 a 13 anos que formam hoje a linha de frente contra a extinção das tartarugas marinhas. De 1997 à 2003 o Projeto TAMAR em parceria com o IBAMA e WWF, promovem estudos e implementam o uso recreativo no Parque Nacional Marinho, modelo de planejamento composto por zoneamento de uso, definição de capacidade de carga, sistema de trilhas guiadas e auto-guiadas, plano de interpretação ambiental, capacitação de condutores de turismo e técnicos do Parque e implementação de um sistema de monitoramento do impacto da visitação nos ambientes terrestres e marinhos, este último inédito no Brasil.

A elaboração e venda de folders temáticos e interpretativos revertem recursos para a consolidação dos serviços prestados pelo TAMAR. Atualmente, mais de 80% dos recursos do TAMAR em Fernando de Noronha são provenientes das atividades ligadas ao fluxo turístico no arquipélago. Essas atividades geram inúmeros empregos diretos e indiretos.

Como resultado de seus esforços, o Projeto Tamar e seus parceiros conseguiram alcançar resultados para a conservação das espécies locais, além de promover uma melhoria na qualidade do turismo na ilha. Desde 1984, os resultados aproximados são: 350 tartarugas marinhas marcadas, 100 fêmeas monitoradas e cerca de 57 mil filhotes protegidos. O Projeto TAMAR é uma iniciativa do Ibama / MMA e tem o patrocínio oficial da Petrobrás S.A.



As florestas inundáveis de Mamirauá se tornaram atração ecoturística, garantindo sua conservação.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá Ecoturismo como instrumento para a sustentabilidade Tefé – Amazonas

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MAMIRAUÁ

Localizada no Estado do Amazonas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é uma Unidade de Conservação Estadual com 1.124.000 ha e situa-se na confluência dos rios Solimões, Japurá e Auati-Paraná. O acesso é por Tefé, que fica a uma hora de vôo de Manaus. Também pode ser acessada utilizando-se barcos regionais.

É a maior Unidade de Conservação de floresta inundável no Brasil, e uma das poucas a proteger o ecossistema de várzea amazônica. Essa área foi reconhecida pela Convenção RAMSAR por estar inserida no grupo de áreas úmidas de importância mundial. Esta é também uma das unidades importantes para constituir uma “Reserva da Biosfera” na Amazônia.

O **Projeto Mamirauá** foi criado em 1992 com o objetivo de assegurar a conservação da biodiversidade da reserva e o desenvolvimento sustentável das suas populações humanas.

O Plano de Manejo Sustentável visa a compatibilização do uso dos recursos com a sua

conservação e foi elaborado em quatro anos de pesquisas científicas e consultas sobre o conhecimento popular tradicional.

O zoneamento proposto no Plano de Manejo estabeleceu uma “zona de manejo especial para o ecoturismo”, localizada no interior de uma área de preservação do Setor Mamirauá, chamada Lago Mamirauá.

O ecoturismo está inserido no Programa de Extensão Econômica como uma opção estratégica para viabilizar a sustentabilidade econômica da Reserva Mamirauá, a conservação e o desenvolvimento econômico das populações, resguardando a área dos possíveis impactos sociais e ambientais. O estudo de viabilidade econômica indicou a construção de um *lodge* (hospedagem) flutuante motivado pelo fato de o Projeto já receber cerca de 200 visitantes/ano. Foram definidas diretrizes para o planejamento e implantação do programa de ecoturismo:

- Uso sustentável dos recursos naturais.
- Envolvimento das comunidades locais.
- Desenvolvimento de pesquisas.
- Fortalecimento institucional.
- Marketing* responsável.
- Manutenção da diversidade biológica e cultural.
- Capacitação de mão-de-obra.

Os lucros esperados do ecoturismo serão investidos em projetos comunitários e de pesquisa, garantindo assim a conservação da Reserva.